

HABEAS CORPUS Nº 494.272 - DF (2019/0048172-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : IARLEYS RODRIGUES NUNES E OUTRO
ADVOGADOS : IARLEYS RODRIGUES NUNES - DF054161
DAYANA ALMEIDA FRAGA SAMPAIO - DF034044
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : KATYLA PRISCILA DE ALMEIDA COSTA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em favor de **KATYLA PRISCILA DE ALMEIDA COSTA**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Na origem, constata-se prisão em flagrante da paciente, convertida em preventiva, pela prática, em tese, dos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, c/c art. 40, inciso VI, todos da Lei n. 11.343/2006.

Ao fundamento de inidoneidade do decreto cautelar, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, cuja ordem foi denegada:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE DA PACIENTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR INDEFERIDO. PRISÃO DOMICILIAR. FILHOS MENORES. CUIDADOS IMPRESCINDÍVEIS NÃO COMPROVADOS. PRISÃO MANTIDA.

1. Mantém-se a prisão cautelar da paciente se a gravidade concreta dos crimes praticados, tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico, que possuem pena máxima superior a 4 anos (inciso I do art. 313 do Código de Processo Penal), aliadas às circunstâncias do crime, indicam a sua periculosidade e recomendam a manutenção da prisão preventiva, não se mostrando suficiente a imposição de nenhuma das demais medidas cautelares admitidas em lei.

2. O direito à concessão da benesse disposta no art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, exige a demonstração de que a criança necessite de cuidados especiais que não possam ser realizados por outra pessoa, situação não evidenciada nos autos.

3. Ordem denegada".

Neste *writ*, repisam os impetrantes as razões da impetração originária e requerem a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva e expedido alvará de soltura em favor da paciente.

É o relatório.

Decido.

Em consulta na base de dados processuais desta Corte, verifica-se que esta impetração traz pedido idêntico ao deduzido no RHC 107.822/DF e se insurge contra o mesmo acórdão do TJDF (HC n. 0719794-67.2018.8.07.0000). Desse modo,

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

tratando-se de mera reiteração de outro feito já deduzido neste STJ, é o caso de não conhecimento do *writ*.

Confira-se:

"AGRAVO REGIMENTAL. *HABEAS CORPUS*. QUADRILHA ARMADA. PRISÃO PREVENTIVA. SUBSTITUIÇÃO DA SEGREGAÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS. AFASTAMENTO DE CARGO. VEREADOR. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NA DURAÇÃO DA MEDIDA. QUESTÃO VEICULADA EM *WRIT* ANTERIORMENTE IMPETRADO. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO *MANDAMUS*. DECISÃO ACERTADA. REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não há como dar-se seguimento a impetração quando a questão aqui levantada já foi deduzida e será examinada no *mandamus* anterior.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a impetração de *habeas corpus* com objeto idêntico ao de *writ* anteriormente ajuizado caracteriza indevida reiteração de pedido, o que obstaculiza o seu conhecimento.

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 290.203/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 1/8/2014).

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço** do presente *writ*.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator